



# **CÂMARA DO MUNICÍPIO DE IMBAÚ**

**ESTADO DO PARANÁ**

Rua Francisco Siqueira Korts, nº 473 – São Cristóvão – Fone/Fax (42)2781232 – CEP. 84.250-000 – Imbaú - PR

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

**(PARECER VENCEDOR)**

**PARECER Nº 052/2024**

**AUTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ**

**EMENTA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CESTA/KIT NATALINA, NO DECORRER DO MÊS DE DEZEMBRO 2024, AOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, AGENTES POLÍTICOS E CONSELHEIROS TUTELARES, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE IMBAÚ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

## **1. Do Relatório**

O presente Parecer Final, analisa o Projeto de Lei nº 024/2024 que **DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CESTA/KIT NATALINA, NO DECORRER DO MÊS DE DEZEMBRO 2024, AOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, AGENTES POLÍTICOS E CONSELHEIROS TUTELARES, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE IMBAÚ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Assim, cumpre a este Relator se manifestar sobre o mérito do Projeto de Lei.

Após o estudo da matéria passo a manifestação e ao final, OPINAR.

É o relatório.

## **2. Do Mérito.**

Regularmente despachado para a leitura, o Projeto de Lei, que ao ser autuado na Secretaria da Câmara Municipal recebeu o nº 024/2024, vem a esta Comissão Permanente a que compete a análise de mérito, conformidade com a Lei Orgânica do Município e o contido no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Trata-se de Projeto de Lei que possui objeto a concessão de cesta natalina no mês de dezembro de 2024 aos servidores municipais ativos, agentes políticos e



conselheiros tutelares, da administração direta, indireta dos poderes executivo e legislativo do Município de Imbaú. Cada cesta/kit não poderá ultrapassar o montante de R\$ 358,93 (trezentos e cinquenta e oito reais e noventa e três centavos).

Quanto a competência legislativa do Município, o Projeto de Lei em tela está amparado na Lei Orgânica Municipal e na Constituição Federal.

Neste sentido, verifica-se que não há qualquer óbice para sua aprovação.

Por fim, cumpre destacar que todas as etapas do processo legislativo foram cumpridas.

### **3. Do Voto.**

Diante do exposto, diante dos aspectos que cumpre-me examinar neste Parecer Final, não havendo óbices à aprovação do Projeto de Lei nº 024/2024, haja vista que os preceitos constitucionais, legais e regimentais quanto a sua tramitação foram cumpridos.

Imbaú, 23 de setembro de 2024.

  
**VEREADOR MANOEL EURIDES GONÇALVES**

**RELATOR**

  
**VEREADORA MARIA ROSELY DE OLIVEIRA**

**PRESIDENTE**

  
**VANTUIL BORGES DE AVILA**

**VOGAL**